

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

ALDEANE ABREU BOAES

**AGRICULTURA FAMILIAR COMO FONTE DE RENDA E SUBSISTÊNCIA NO
RAMAL DO MUTUM, TARTARUGALZINHO, AMAPÁ**

Mazagão – AP

2020

ALDEANE ABREU BOAES

**AGRICULTURA FAMILIAR COMO FONTE DE RENDA E SUBSISTÊNCIA NO
RAMAL DO MUTUM, TARTARUGALZINHO, AMAPÁ**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus Mazagão*, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

Orientadora:

Profa. Dra. Kalyne Sonale Arruda de Brito

Mazagão – AP

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Campus de Mazagão da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Raildo de Sousa Machado, CRB2/1501

B662a Boaes, Aldeane Abreu
Agricultura familiar como fonte de renda e subsistência no Ramal do Mutum, Tartarugalzinho, Amapá / Aldeane Abreu Boaes. – 2020.
1 recurso eletrônico. 52 folhas : ilustradas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2020.

Orientadora: Professora Doutora Kalyne Sonale Arruda de Brito.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

Inclui referências e apêndices.

1. Agricultura familiar – aspectos sociais. 2. Agricultura familiar – aspectos econômicos. 3. Agricultura familiar – Ramal do Mutum – Tartarugalzinho – Amapá – Brasil. I. Brito, Kalyne Sonale Arruda de, orientadora. II. Título.

Classificação Decimal de Dewey, 20. edição, 338.1

BOAES, Aldeane Abreu. **Agricultura familiar como fonte de renda e subsistência no Ramal do Mutum, Tartarugalzinho, Amapá.** Orientadora: Kalyne Sonale Arruda de Brito. 2020. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2020.www

ALDEANE ABREU BOAES

**AGRICULTURA FAMILIAR COMO FONTE DE RENDA E SUBSISTÊNCIA NO
RAMAL DO MUTUM, TARTARUGALZINHO, AMAPÁ**

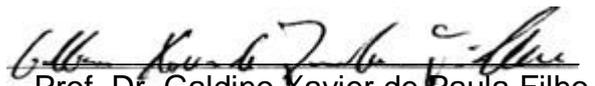
Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus Mazagão*, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

Aprovada em 28 de Dezembro de 2020.

Prof. Dra. Viviane Farias Silva
Unidade Acadêmica de Engenharia Florestal
CST/ENGEF/UFCCG
SEI

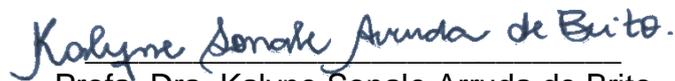

Prof. Dra. Viviane Farias Silva
(Examinadora)

Universidade Federal de Campina Grande



Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho
(Examinador)

Universidade Federal do Amapá



Prof. Dra. Kalyne Sonale Arruda de Brito
(Orientadora)

Universidade Federal do Amapá

Mazagão – AP

2020

Aos meus pais e esposo, pelos esforços
direcionados à minha educação, pelo apoio e
incentivo durante a caminhada acadêmica.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo seu consolo em meus momentos de desespero, por atender minhas orações por me guardar todos os dias em minha jornada e me proporcionar esta vitória.

Aos meus familiares pelo carinho e por acreditar que eu seria capaz de chegar até o fim, ao meu esposo por sempre estar a disposição em me auxiliar, aconselhar, me apoiar e não me deixar desanimar em tempos difíceis.

A todos os agricultores do ramal do Mutum que dispuseram do seu tempo e de sua boa vontade para colaborar com este estudo, pois sem vocês isso não seria possível;

A minha orientadora professora Dra. Kalyne Sonale Arruda de Brito, por aceitar fazer parte deste estudo, pela sua paciência, comprometimento comigo e suas palavras de incentivo.

A Instituição de ensino UNIFAP - *campus* Mazagão pela estrutura e ensino disponibilizados para o seu corpo discente.

A todos os professores pelos seus ensinamentos e comprometimento.

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo”

Paulo Freire

RESUMO

A agricultura familiar é caracterizada por ser uma atividade realizada em pequenas propriedades rurais, com força de trabalho predominantemente formada por membros da família; responsável pela produção de alimentos que abastece parte do mercado interno brasileiro, sendo fonte geradora de renda para o agricultor. Nesse sentido, objetiva-se com este trabalho analisar a importância econômica e social da agricultura familiar para as famílias do ramal do Mutum, município de Tartarugalzinho, Amapá. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de dezembro de 2019 e janeiro 2020, por meio de entrevista e aplicação de questionário a 21 agricultores familiares, acerca da caracterização do agricultor e de sua propriedade, das atividades agropecuárias desenvolvidas, comercialização e aspectos socioeconômicos, acesso às políticas públicas e orientação técnica de apoio a agricultura familiar e as dificuldades enfrentadas nesta atividade. A maioria dos entrevistados é do sexo masculino (71,4%), com idade entre 60 e 70 anos, 38,1% são analfabetos, moradores e produtores há mais de 10 anos e que cultivam diversas espécies temporárias e permanentes, destacando-se a mandioca, milho, banana, pupunha, cupuaçu, arroz, feijão, coco, açaí e subprodutos, como a farinha de mandioca, além da produção de frango caipira e suínos. O acesso à orientação técnica e linhas de crédito fomentadas pelo governo é deficitário, em virtude da limitada prestação de serviços dos órgãos competentes do estado. O engajamento em organizações sociais é pouco praticado pelos agricultores, tornando-os cada vez mais isolados nas tomadas de decisões. Os principais canais de comercialização utilizados são as feiras livres ofertadas pelo estado e município, bem como a venda local direta ao consumidor. Os preços praticados no ato da venda passam por variação entre os períodos de safra e entressafra. Dentre as dificuldades enfrentadas, destacou-se a logística de escoamento dos produtos, incluindo-se os meios de transporte disponíveis e a péssima qualidade das estradas. Os agricultores, em sua maioria, possuem renda vinculada, exclusivamente, às atividades da agricultura familiar e observaram aumento da renda e melhoria da qualidade de vida, ao longo dos anos.

Palavras-chave: Agricultores. Políticas públicas. Pequenas propriedades rurais. Produção agropecuária. Comercialização.

ABSTRACT

Family farming is characterized by being an activity carried out on small rural properties, with a workforce predominantly formed by family members; responsible for the production of food that supplies part of the Brazilian domestic market, being a source of income for the farmer. In this sense, the objective of this work is to analyze the economic and social importance of family farming for families at the Mutum branch, in the municipality of Tartarugalzinho, Amapá. The field research was carried out between the months of December 2019 and January 2020, through interviews and questionnaires to 21 family farmers, about the characterization of the farmer and his property, the agricultural activities developed, commercialization and socioeconomic aspects, access to public policies and technical guidance to support family farming and the difficulties faced in this activity. Most of the interviewees are men (71.4%), aged between 60 and 70 years, 38.1% are illiterate, residents and producers for more than 10 years and who cultivate several temporary and permanent species, especially cassava, corn, banana, pupunha, cupuaçu, rice, beans, coconut, açaí and by-products, such as manioc flour, in addition to the production of free-range chicken and pigs. Access to technical guidance and credit facilities provided by the government is deficient, due to the limited provision of services by the competent institutions of the state. Engagement in social organizations is little practiced by farmers, making them increasingly isolated in decision-making. The main marketing channels used are free fairs offered by the state and municipality, as well as direct local sales to consumers. The prices charged at the time of sale pass variation between the harvest and off-season periods. Among the difficulties faced, the logistics of product flow stood out, including the means of transport available and the poor quality of the roads. Most farmers have income linked exclusively to family farming activities and have seen an increase in income and an improvement in quality of life over the years.

Keywords: Farmers. Publics policies. Small rural properties. Agricultural production. Commercialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Figura 1 – Grupo familiar na realização das atividades agrícolas no ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	25
Figura 2 – Plantio simultâneo de diferentes espécies de hortaliças em uma das propriedades familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	33
Figura 3 – Plantio de mandioca e arroz numa propriedade agrícola familiar do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	35
Gráfico 1 – Sexo e faixa etária dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	22
Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos produtores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	23
Gráfico 3 – Número de filhos dos produtores familiares que residem na propriedade com os pais no ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020	24
Gráfico 4 – Tempo que reside na comunidade e o período de execução de atividades ligadas a agricultura familiar dos produtores do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	26
Gráfico 5 – Forma de ocupação da propriedade pelos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	26
Gráfico 6 – Atividades agropecuárias em exercício na propriedade*. Mazagão, AP, 2020.....	28
Gráfico 7 – Número de agricultores familiares que recebem orientação técnica. Mazagão, AP, 2020.....	34
Gráfico 8 – Participação dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP, em programas governamentais, associações ou cooperativas de apoio/relacionado a agricultura familiar. Mazagão, AP, 2020.....	35
Gráfico 9 – Canais de comercialização dos produtos dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP*. Mazagão, AP, 2020.....	36

Gráfico 10 – Condições de vida, Origem da renda e Renda familiar dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	40
--	-----------

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – Levantamento das culturas agrícolas produzidas no ramal do Mutum, sua forma de destinação e número de produtores que cultiva a espécie. Mazagão, AP, 2020.....	29
Tabela 2 – Preços de venda por produto praticados pelos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CF	Consumo Familiar
CM	Comercialização
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá
GEA	Governo do Estado Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural

SUMÁRIO

	Página
1	INTRODUÇÃO..... 11
2	OBJETIVOS..... 13
2.1	GERAL..... 13
2.1	ESPECÍFICOS..... 13
3	REVISÃO DE LITERATURA..... 14
3.1	PRIMÓRDIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL..... 14
3.2	CONCEITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR..... 15
3.3	IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E PRODUTOS CULTIVADOS. 16
3.4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR..... 17
4	METODOLOGIA..... 20
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E ÁREA DE ESTUDO..... 20
4.2	PÚBLICO ALVO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS..... 20
4.3	ANÁLISE DOS DADOS..... 21
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 22
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E DO PROPRIETÁRIO..... 22
5.2	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS..... 27
5.3	COMERCIALIZAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS..... 36
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 42
	REFERÊNCIAS..... 44
	APÊNDICES..... 48
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA PESQUISA 48
	APÊNDICE B – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO 52

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é caracterizada por ser uma atividade realizada em pequenas propriedades rurais, cuja mão de obra é oriunda, principalmente, dos membros do núcleo familiar, com o cultivo de diversas culturas em pequena escala e, em muitos casos, é a única fonte de renda das famílias rurais. Colaborando com esta assertiva, Lomba e Silva (2014, p. 20) comentam que no estado do Amapá, “a agricultura local se desenvolve basicamente sobre estruturas familiares, caracterizada pela produção de subsistência, consumo de parte da produção e venda do excedente”.

Netto (2008) relata que simultaneamente à instalação das grandes fazendas coloniais no litoral nordestino e em São Vicente, antiga capitania hereditária, no atual Estado de São Paulo, no século XVI; a agricultura familiar se iniciou como um meio eficiente à subsistência do pequeno agricultor e sua família, os quais não detinham parcela das propriedades, todavia os grandes latifundiários costumavam permitir que utilizassem parte da terra para o plantio e criação de espécies para consumo próprio e para a população local, tornando-se, até mesmo única fonte de alimento para a população rural dessas regiões.

Entende-se, nesse sentido, a continuação e o fortalecimento da atividade agrícola familiar no meio agrário brasileiro, quatro séculos após seu surgimento. Outra característica fundamental é que além da agricultura familiar ser a principal fonte de alimentação, renda e, portanto, de trabalho nas comunidades rurais, também é um modelo de sustentabilidade que garante a preservação das áreas florestais e recursos naturais diversos disponíveis no meio rural onde residem as famílias.

Diante das poucas oportunidades de trabalho nas cidades, agravado pelo baixo índice de escolaridade e quase nenhuma experiência profissional das populações rurais, se não aquelas ligadas ao cultivo; a agricultura familiar também auxilia na permanência do homem no campo, garantindo a manutenção dos saberes tradicionais e o anseio por novas aprendizagens.

Hoje se reconhece a importância da agricultura familiar, principalmente para as populações rurais, ribeirinhas, quilombolas e extrativistas. Populações estas que, frequentemente, são desassistidas pelo Estado Brasileiro, ou estão sujeitas a serviços precários de inclusão e equidade social. O extensionismo rural é um exemplo de suporte ao agricultor, que segundo Santos *et al.* (2018), na região Norte,

especificamente no estado do Amapá, poderia contribuir no suprimento das dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais da região; o que implicaria principalmente no desenvolvimento social, econômico e produtivo das mesmas.

Diante das reflexões apresentadas, levanta-se o seguinte questionamento: quão eficiente é a agricultura familiar na garantia da subsistência e fonte de renda das famílias rurais de pequenas comunidades? A partir deste questionamento elaborou-se um estudo, direcionado para uma pequena localidade no interior do município de Tartarugalzinho-AP, a fim de verificar a relevância da atividade agropecuária familiar para os agricultores locais.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a importância econômica e social da agricultura familiar para os agricultores do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, Amapá.

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar o perfil do agricultor e a finalidade de sua propriedade agropecuária;
- b) Descrever as atividades desenvolvidas e as culturas produzidas pelos produtores familiares no ramal do Mutum;
- c) Verificar o acesso à orientação técnica, extensão rural e às políticas públicas de incentivos ao fortalecimento da agricultura familiar pelos agricultores do ramal;
- d) Identificar os canais de comercialização utilizados, os preços de venda praticados, bem como o retorno financeiro dos excedentes comercializados, no contexto socioeconômico; e
- e) Identificar as dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares locais, durante a produção, comercialização e escoamento dos produtos agropecuários e agroextrativistas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 PRIMÓRDIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar é uma atividade que vem sendo desenvolvida desde a ocupação das terras brasileiras, pelos colonizadores portugueses, no século XVI. Segundo Netto (2008, p.17), “a agricultura familiar é um sistema de produção agrícola, que permeia as atividades econômicas agrárias desde o início da colonização do Brasil”; a qual se transformou num meio de subsistência das famílias da época, sejam estas formadas por trabalhadores livres ou escravos que também tinham licença para produzir no entorno das grandes fazendas.

Em concordância, Mattei (2014) ressalta que durante o período colonial, no ciclo do açúcar, instituiu-se uma forma de produção, a monocultura, voltada para exportações e que se firmava nas grandes propriedades, sob o poder do rei de Portugal que distribuía para segmentos sociais privilegiados próximos à coroa.

O acesso das famílias trabalhadoras às terras era precário, instalando-as em pequenas áreas no interior das grandes fazendas de açúcar, café e de outras importantes monoculturas da época. Autorizadas pelo proprietário dos latifúndios, as famílias podiam cultivar alguns produtos ao redor de sua moradia; todavia, eram obrigadas a trabalhar na cultura principal, independente de recebimento ou não de pagamento (WANDERLEY, 2014).

“É neste contexto que vai se formando uma agricultura de subsistência, particularmente na região Nordeste do país, com a função de atividade acessória ao sistema monocultor principal” (MATTEI, 2014, p. 72). Este autor comenta ainda que haviam terras férteis, com produtos para exportação, assim como um grande número de trabalhadores com poucas terras, sob condições climáticas adversas e abandonadas pela administração pública.

O processo de surgimento da agricultura familiar se repetiu nos diversos ciclos econômicos no país, especialmente no ciclo do algodão e da borracha, que na região Norte, área pouco explorada, acabou por firmar-se, após o fracasso destes ciclos (MATTEI, 2014), entretanto, permaneceu “apenas como uma agricultura de subsistência de baixa capacidade produtiva e abandonada, tornando-se também fonte de geração de pobreza e exclusão social no meio rural” (MATTEI, 2014, p. 72).

Por muitos anos, a atividade agrícola familiar foi negligenciada pelos poderes públicos e atuou à margem de todas as atividades econômicas do país, principalmente, em relação à produção agropecuária de grande porte que concentra terras e exclui os agricultores tradicionais. Este cenário começou a mudar, apenas nas últimas décadas do século XX, quando iniciaram as discussões acerca das reformas agrárias, combate ao desemprego e exôdo rural, e a implantação de políticas públicas voltadas ao amparo ao pequeno produtor e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

3.2 CONCEITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar (AF) é um segmento em que a família é proprietária dos meios de produção, ao mesmo tempo que assume o trabalho no estabelecimento produtivo, sendo este um ponto fundamental que caracteriza a AF, além do local de trabalho ser também o de moradia dos mesmos (NETTO, 2008; SILVA, 2011). Conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, em seu artigo 3º, considera-se

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

O módulo fiscal, mencionado acima e, conforme inciso IV do art. 2º do Decreto nº 9.064/ 2017 (BRASIL, 2017), se refere a uma unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No município de Tatarugalzinho, Amapá, local de realização da presente pesquisa, 1 módulo corresponde a 70 ha (LANDAU *et al.*, 2012).

3.3 IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E PRODUTOS CULTIVADOS

Conforme o Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos classificados como de agricultura familiar representam 77% no país, o que corresponde a 3,9 milhões de estabelecimentos (IBGE, 2017), notando-se a importância social e econômica desta atividade.

A agricultura familiar garante parte da produção de alimentos que chega até as mesas dos consumidores. Para Serenini e Malysz (2015, p.4), “a agricultura familiar tem cumprido com seu papel na produção de alimentos, bem como no fornecimento de diversos produtos no mercado interno para a erradicação da fome”; e a mais importante contribuição diz respeito a cultivo de produtos que compõem a dieta alimentar básica da população brasileira.

Além de ser uma fonte geradora de alimentos, promover emprego e gerar renda para os trabalhadores rurais, a agricultura familiar contribui para a contenção do êxodo rural e garantia da vida no campo. Embora dados apontem uma redução no número de estabelecimentos rurais familiares (-9,5%) e pessoal ocupado (-17,5%), ao comparar-se o Censo Agropecuário 2017 ao Censo de 2006 (IBGE, 2006; 2017); nota-se que a agricultura familiar responde por 23% do valor total da produção agropecuária no país (107 bilhões de reais) e emprega mais de 10,1 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 67% de todo o pessoal ocupado dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Na região Norte, existe cerca de 1,5 milhões (15,4%) de pessoas ocupadas no campo, classificados como agricultores familiares (IBGE, 2017).

Para Landau *et al.* (2013), o setor agropecuário familiar também é importante, especialmente no contexto da subsistência, já que existe uma priorização no aspecto social sobre aquelas de natureza econômica, tendo em vista sua menor incorporação tecnológica e produtividade mais baixa.

Nesse contexto, são diversos os produtos oriundos do trabalho familiar rural que contribuem para a segurança alimentar da sociedade, a saber: frutas e hortaliças diversas, aves, suínos, pecuária de corte e de leite, mandioca, arroz em casca, feijão, milho, temperos, amendoim, extrativismo, pescado dentre outros. Sendo responsáveis pela produção de culturas temporárias e permanentes cerca de 80% dos estabelecimentos agrícolas familiares no Brasil (IBGE, 2017).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, no tocante às culturas temporárias, o segmento familiar produz 70% da mandioca, 67% do abacaxi e 42%

do feijão preto de todo o país; enquanto, que para as culturas permanentes, é responsável por 79,3% do valor da produção de uva (vinho ou suco) e 48,5% da banana (IBGE, 2017).

No estado do Amapá, se destacam as culturas temporárias da mandioca, melancia e abacaxi, totalizando, respectivamente, 32.774 ton, 1.864 ton e 2.757 unidades; e representando as culturas permanentes, tem-se a produção de 7.993 toneladas de frutos de açaí e 3.540 toneladas de banana, no ano de 2017 (IBGE, 2017). Marini (2015) comenta que diversas culturas produzidas no Amapá são tradicionalmente direcionadas para o consumo familiar, e que o excedente é destinado ao mercado interno.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a agricultura familiar, por muito tempo chamada de agricultura de subsistência, surgiu à margem da grande propriedade e, por um longo período não recebeu apoio governamental em seu benefício ou política pública de incentivo ao seu desenvolvimento (SAVODI; CUNHA, 2010; SILVA, 2012; MATTEI, 2014). Esse cenário extinguiu-se, somente no ano de 1996, quando houve a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que representou a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social e de importância econômica e de geração de renda: a agricultura familiar.

A partir da criação do PRONAF, o Estado e novas políticas públicas passaram a reconhecer a agricultura familiar e dar-lhe visibilidade, levando em consideração a existência de diversas organizações e movimentos sociais, as quais lutaram e continuam lutando pela valorização desta atividade de cunho social, econômico e cultural.

Também com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, o PRONAF foi organizado em três linhas distintas: a linha de crédito; a de infraestrutura e serviços municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada no âmbito territorial; e a capacitação, atualmente com importância reduzida (ROCHA, 2012; SILVA, 2012).

A linha de crédito tem permitido o acesso aos recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar; onde os beneficiários são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais,

podendo ser feito o financiamento individual ou coletivo. Esse incentivo auxilia nas atividades agropecuárias, com a realização de compra de equipamentos, contribuindo para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (MDA, 2013).

Segundo Silva (2012, p.14-15), o “PRONAF surgiu justamente no intuito de propiciar linhas de crédito a um grupo social específico que, apesar de toda sua heterogeneidade, está presente em todo o território nacional, sobretudo em regiões de baixo dinamismo econômico”. O mesmo autor reflete que o PRONAF é

[...] base de um conjunto de programas de apoio à produção familiar agrícola. Um deles é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), surgida em 2003 com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil tendo como foco as propriedades rurais familiares. Outro programa é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), surgido no interior do Fome Zero em 2003, que permite a compra pública de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para doação a organizações de assistência social, merenda escolar ou formação de estoques. Além dessas, outros programas de seguro agrícola e de transferência de renda também possuem impacto sobre a renda das famílias rurais brasileiras (SILVA, 2012, p. 15).

Outro programa importante é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o mais antigo do governo brasileiro na área de alimentação escolar. Segundo a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, 2009). Se destacando, portanto, como uma das principais formas de escoamento da produção agrícola familiar.

No Amapá

O PRONAF se apresenta como um dos principais meios para financiar projetos dentro dos assentamentos rurais do Amapá, enquanto que em uma escola regional, a fonte de créditos rurais é praticada através do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP), vinculado ao Governo do Estado Amapá (GEA) (MARQUES, 2017).

O FRAP foi criado pela Lei Estadual Nº 0039/92, alterado em 18 de agosto de 2005, na Lei de nº 0920, que em seu 2º artigo, diz:

Art. 2º O Fundo que trata a presente Lei tem por objetivo, promover a elaboração e a compatibilização de ações específicas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, extrativistas vegetais, agroindustriais, pesca artesanal e aquicultura, a partir dos seguintes instrumentos:

I - infraestrutura de apoio à produção e à comercialização;

II - fomento à produção;

III - crédito; e

IV - apoio às instituições representativas da produção familiar rural (AMAPÁ, 2005).

O acesso às linhas de crédito por parte dos produtores familiares é possível, desde que se apresente propostas de projetos de financiamento ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), o qual dará a devida orientação. Cita-se que o RURAP, criado em 1991, no Decreto de Nº 0122 (AMAPÁ, 1991) é um importante e único órgão público destinado ao desenvolvimento rural, com função majoritária de prestar assistência técnica e extensão rural no estado do Amapá.

Tamanha responsabilidade praticamente não é consolidada devido ao baixo investimento da esfera pública estadual e no número reduzido de servidores disponíveis na instituição, que acarreta no acúmulo de trabalho, defasagem de atendimento aos produtores, diminuição de concessão de crédito e, conseqüentemente enfraquecimento da agricultura familiar.

Garcia e Silva (2012), Lomba e Silva (2014) e Marques (2017) corroboram com esta informação ao indicar que o número de agricultores familiares atendidos pelos funcionários da RURAP vem diminuindo ao longo dos anos, possivelmente atrelado a um quadro de funcionários reduzido e/ou em regime temporário somado ao repasse diminuto de recursos para a instituição prestar seus serviços.

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E ÁREA DE ESTUDO

O presente estudo se trata de uma pesquisa de campo junto à um grupo de agricultores, acerca dos aspectos característicos da agricultura familiar, realizada entre os meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

O trabalho foi realizado no ramal do Mutum, localizado no assentamento do Cedro, município de Tartarugalzinho, Amapá (01° 30' 20" N; 50° 54' 43" W), distante 230 km da capital Macapá, AP, de clima equatorial úmido, conforme classificação de Koppen (YOKOMIZO, 2012).

4.2 PÚBLICO ALVO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Foram selecionadas 21 propriedades agropecuárias, para participação na pesquisa, sob critério de pertencimento às atividades ligadas a agricultura familiar. Tal amostra corresponde a 8,4% do número total de famílias do assentamento do Cedro, município de Tartarugalzinho, Amapá, que praticam a agricultura familiar, conforme informações do Governo do Estado do Amapá (2018).

Para cada responsável (agricultor, pecuarista ou agroextrativista), caracterizado como líder de seu núcleo familiar e residente no ramal, aplicou-se um questionário semiestruturado (Apêndice A), que contemplou 25 perguntas, abertas e fechadas, sobre temas relacionados à:

a) Caracterização da propriedade e do proprietário: sexo, idade, tempo que reside no local e que trabalha com agricultura familiar, grau de escolaridade, número de filhos que residem na propriedade e forma de ocupação da terra;

b) Desenvolvimento das atividades agropecuárias: caracterização da atividade, culturas cultivadas, acesso aos órgãos de assistência técnica e de programas de apoio a agricultura familiar, dificuldades enfrentadas; e,

c) Comercialização e aspectos socioeconômicos: canais de comercialização utilizados, preço de venda dos produtos, geração de renda e condições de vida.

A participação dos entrevistados foi consentida, conforme assinatura do Termo de Livre Consentimento, cujo modelo se encontra no Apêndice B.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

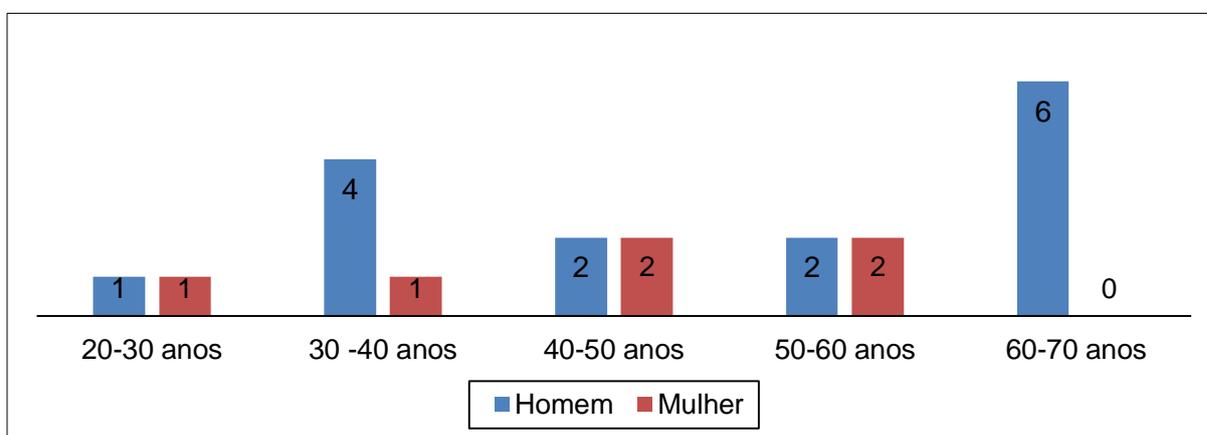
As respostas quantitativas foram tabuladas, com o auxílio da ferramenta Microsoft Excel 2016 e representadas em gráficos e tabelas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E DO PROPRIETÁRIO

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de entrevistados por sexo e faixa etária, notando-se que o gênero responsável pelo núcleo familiar e gerência da propriedade, é formado em sua maioria por homens (71,4%); sendo 6 destes com idade entre 60 e 70 anos e 4, com a faixa etária entre 30 e 40 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Sexo e faixa etária dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.

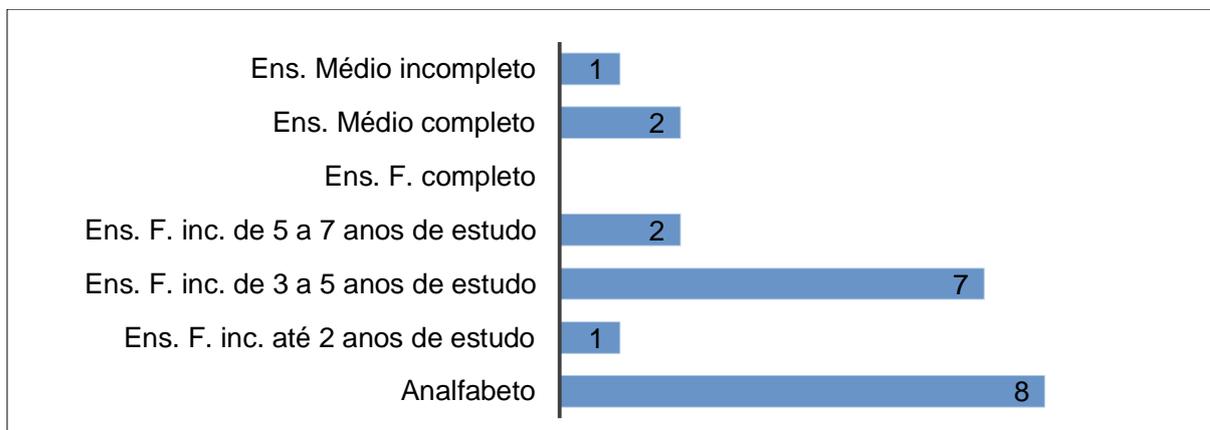


Fonte: elaborado pela autora.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a maioria dos estabelecimentos é dirigido por homens (81%), já as mulheres têm se destacado em diversas áreas de trabalho; e na direção dos estabelecimentos rurais, segundo o censo agropecuário de 2017 elas representam 19%, sendo este um aumento significativo já que no censo de 2006 representavam apenas 13% na direção dos estabelecimentos produtivos (IBGE, 2017). Na presente pesquisa, o número de mulheres que estão ‘a frente’ de suas famílias e residências representa 28,6% da amostra, com idade entre 20 e 60 anos (Gráfico 1).

Sobre o grau de escolaridade dos participantes (Gráfico 2), nota-se um número elevado de pessoas que não concluiu o ensino fundamental (10) ou que não foi alfabetizado (8) e, apenas, dois entrevistados concluíram o ensino médio.

Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos produtores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020

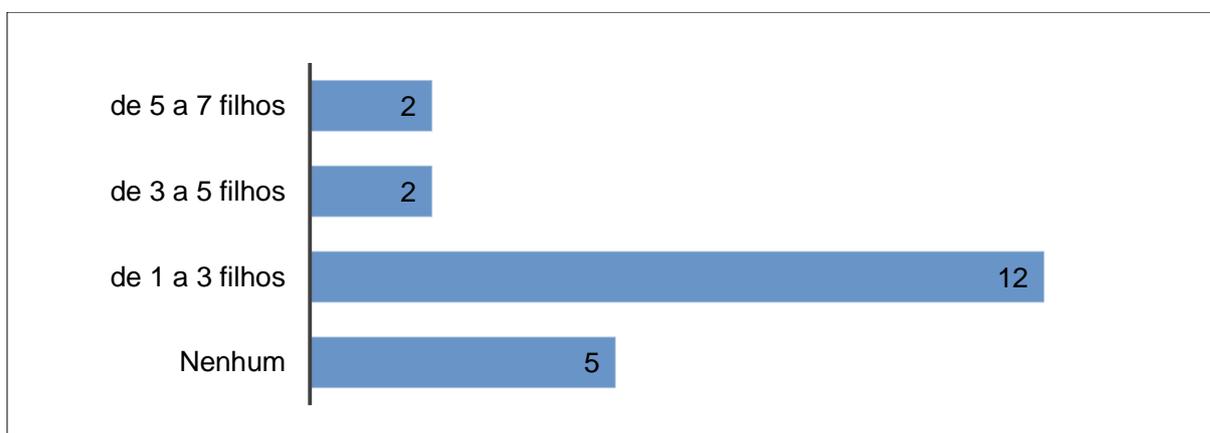


Fonte: elaborado pela autora.

Não houve conversação acerca dos motivos que os impossibilitaram a conclusão dos estudos, todavia, há de se convir que historicamente existe uma taxa de analfabetismo relativamente alta no Brasil, em que 6,8% das pessoas acima de 15 anos não sabem ler ou escrever e na região Norte, a taxa é de 7,98% para esta mesma idade, enquanto que para pessoas com 60 anos ou mais a taxa é de 27,02%, no Norte e de 18,59%, a nível nacional, conforme os últimos dados do IBGE (2019).

No contexto familiar e a fim de conhecer sua constituição, perguntou-se aos agricultores sobre a quantidade de filhos residentes na mesma propriedade (Gráfico 3), obtendo-se o percentual de que 57,1% (12) dos entrevistados tem de 1 a 3 filhos que moram no mesmo local e, apenas, 5 entrevistados, cujos filhos não moram na mesma propriedade, uma vez que, já formaram suas famílias e possuem suas próprias moradias.

Gráfico 3 - Número de filhos dos produtores familiares que residem na propriedade com os pais no ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Para justificar o alto número de entrevistados, cujos filhos residem na mesma propriedade, deve-se levar em consideração que no âmbito familiar, os jovens passam boa parte de sua vida aprendendo as atividades desenvolvidas pelos membros da família e, que na fase adulta permanecem no mesmo local, inclusive com sua nova família, devido ao vultoso espaço destas propriedades e a dificuldade no acesso a posse de terra.

Salienta-se, que todas as propriedades, aqui analisadas, são de natureza familiar, conforme autodeclaração dos entrevistados; com poucas contratações de trabalho externo, realizadas, quando necessário, de caráter temporário e não excede o número de familiares envolvidos na atividade. A Figura 1 retrata um dia de trabalho no campo, realizado por membros de uma mesma família de uma das propriedades pesquisadas.

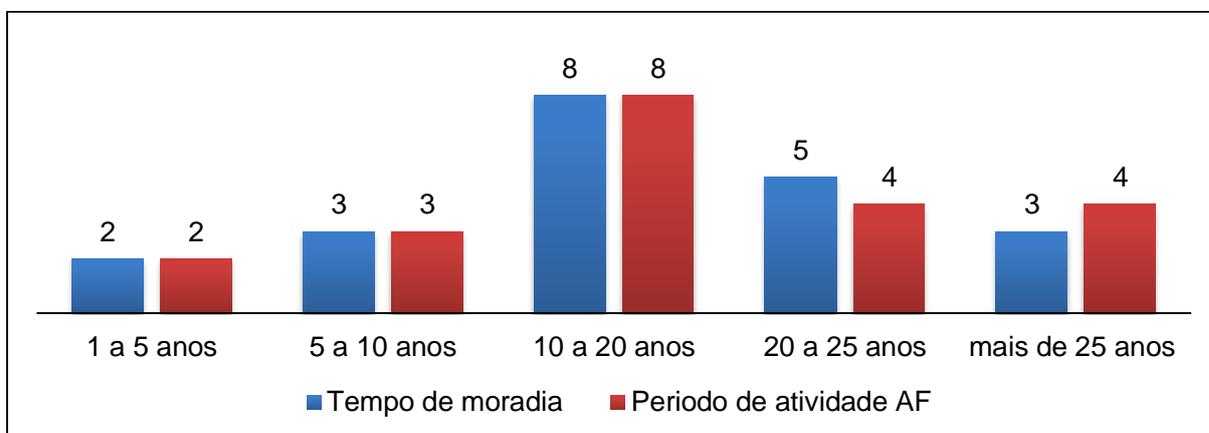
Figura 1 - Grupo familiar na realização das atividades agrícolas no ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020



Fonte: arquivo da autora.

Oito agricultores (38,1%) moram no ramal há cerca de 10 a 20 anos, e praticam a atividade agrícola por igual período (Gráfico 4). Enquanto 19,1% dos moradores indicam ter iniciado o trabalho na agricultura familiar, há mais de 25 anos (Gráfico 4), independente se residiam na mesma comunidade ou não, o que caracteriza os entrevistados como pessoas experientes na lida no campo e que podem contribuir para a abrangência do conhecimento do público externo á comunidade, com relação ao cotidiano, tarefas, dificuldades, mas também a simplicidade da vida rural dos agricultores.

Gráfico 4 - Tempo que reside na comunidade e o período de execução de atividades ligadas a agricultura familiar dos produtores do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.

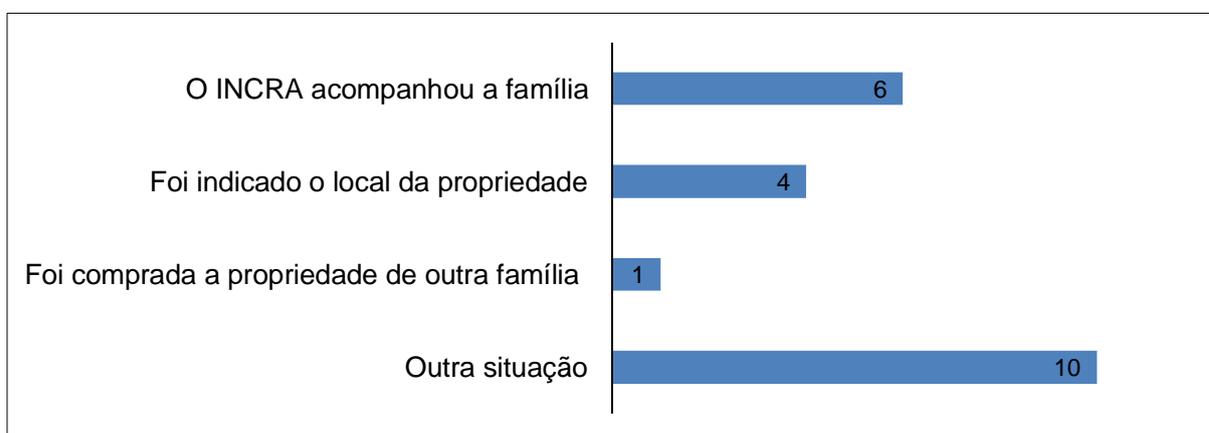


Fonte: elaborado pela autora.

Retrata-se que apenas 2 entrevistados residem e trabalham com agricultura familiar a menos de 5 anos no local (Gráfico 4). O fato de muitos residirem há mais de 10 anos no ramal do Mutum é fonte imprescindível para entender e conhecer como ocorreu a forma de ocupação destes.

No Gráfico 5, observa-se que 10 agricultores indicaram que a forma de ocupação na propriedade se deu por meio de 'Outra situação', isto é, pode ter sido herdada dos pais, doada e até mesmo trocada; e, que após esse processo procuraram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para acompanhamento, realização de cadastro e obtenção da titulação.

Gráfico 5 - Forma de ocupação da propriedade pelos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Um dos entrevistados que respondeu ter ocupado a propriedade que atualmente reside na alternativa 'Outra situação' fez o seguinte comentário: “*essa propriedade é do meu pai, ta no nome dele, mais como ele morreu eu to morando e trabalhando nela*”. Todavia não mencionou acerca da existência do título de posse, em seu nome, (Gráfico 5).

Inúmeros são os relatos de problemas com titulação de terras na região Norte do Brasil e que devido a diversos conflitos agrários (LOUREIRO e PINTO, 2005), envolvendo grilagem e uso indevido de terras; muitas pessoas se eximem de responder como conseguiram obter o título de sua terra, além daquelas (colonos, quilombolas, populações tradicionais) que não o possui, porque foi herdado dos pais, os quais já moravam ali há muito tempo, também por meio de herança e que já não possuíam a documentação de posse.

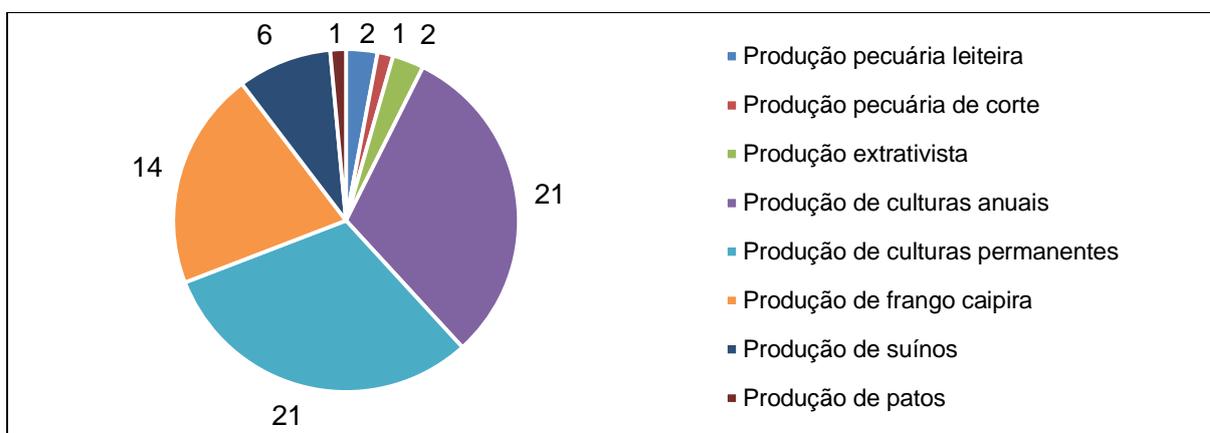
O INCRA é um órgão governamental que atua na implementação da reforma agrária e deve auxiliar as famílias na regularização fundiária, mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, levando em consideração o tempo de moradia e uso da terra. Para tanto, o interessado deve realizar sua inscrição junto ao INCRA e aguardar a devolutiva, configurando num requerimento de posse sob acompanhamento do órgão; forma pela qual se deu a ocupação de 6 entrevistados (Gráfico 5).

Outra forma de ocupação mencionada por 4 agricultores foi a 'Indicação do local', na prática consiste na indicação por alguém que conhece uma área que não se encontra ocupada por assentado, e a família interessada passa a ocupá-la, buscando, posteriormente, sua regularização e titularidade junto ao INCRA. Existe, ainda, a possibilidade de realizar a 'Compra da propriedade de outra família', forma de ocupação esta realizada por 1 entrevistado (Gráfico 5).

5.2 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

No Gráfico 6, estão categorizadas as atividades agropecuárias em exercício nas propriedades, bem como o número de agricultores que as praticam; notando-se de modo unânime, a ocorrência da produção de culturas temporárias e permanentes, e 2 agricultores, especificamente, praticam a atividade agroextrativista.

Gráfico 6 - Atividades agropecuárias em exercício na propriedade*. Mazagão, AP, 2020.



*Entrevistado pode indicar mais de uma resposta

Fonte: elaborado pela autora.

A produção pecuária foi subdividida em cinco categorias, conforme pode ser visualizado no Gráfico 6, a fim de detalhar qual a atividade realizada; notando-se que 14 entrevistados produzem frango caipira (66,6%); 6 trabalham com a produção de suínos (28,6%); 2 trabalham com a pecuária leiteira, 1 produz patos e 1 trabalha com bovino de corte. Os produtos obtidos são consumidos internamente e, também, destinados a comercialização.

É evidente, diante dos resultados apresentados no Gráfico 6, que todos os agricultores trabalham com pelo menos 2 atividades simultaneamente, na tentativa de angariar o maior número de possibilidades para geração de renda. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a pecuária e criação de outros animais são as atividades desenvolvidas pelo maior número de estabelecimentos agropecuários familiares (47,28%), seguido da produção de lavouras temporárias (33,91%) e lavouras permanentes (11,3%) (IBGE, 2017).

O levantamento das diversas culturas produzidas (temporárias e permanentes) no ramal do Mutum, seus respectivos nomes científicos, a forma de destinação (consumo familiar - CF e/ou comercialização - CM) e o número de produtores que cultiva cada espécie estão exibidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Levantamento das culturas agrícolas produzidas no ramal do Mutum, sua forma de destinação e número de produtores que cultiva a espécie*. Mazagão, AP, 2020

Culturas Temporárias				Culturas Permanentes			
Nome popular	Nome científico	Destinação (CF/CM)	Número de produtores que cultiva a espécie	Nome popular	Nome científico	Destinação (CF/CM)	Número de produtores que cultiva a espécie
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	CF, CM	5	Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	CF	2
Abobora	<i>Cucurbita</i>	CF, CM	6	Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	CF, CM	10
Acará	<i>Dioscorea alata</i>	CF, CM	2	Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>	CF	1
Alface	<i>Lactuca sativa</i>	CF	2	Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	CF	1
Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i>	CF	1	Café	<i>Coffea</i>	CF	1
Arroz	<i>Oryza sativa</i>	CF	14	Cajá manga	<i>Spondias dulcis</i>	CF	1
Banana	<i>Musa</i>	CF, CM	17	Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	CF	1
Batata doce	<i>Ipomoea batatas</i>	CF, CM	5	Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>	CF, CM	4
Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum</i>	CF	8	Coco	<i>Cocos nucifera</i>	CF, CM	11
Cheiro-verde	<i>Coriandrum sativum</i>	CF	9	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	CF, CM	16

(continuação)

Culturas Temporárias				Culturas Permanentes			
Nome popular	Nome científico	Destinação (CF/CM)	Número de produtores que cultiva a espécie	Nome popular	Nome científico	Destinação (CF/CM)	Número de produtores que cultiva a espécie
Chicória	<i>Eryngium foetidum</i>	CF	8	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	CF	2
Couve	<i>Brassica oleracea</i>	CF	3	Graviola (fruto e polpa)	<i>Annona muricata</i>	CF, CM	2
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	CF	12	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	CF, CM	5
Mandioca (farinha, tucupi, goma de tapioca),	<i>Manihot esculenta</i>	CF, CM	20	Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	CF, CM	9
Mandioca mansa (Macaxeira)	<i>Manihot esculenta</i>	CF, CM	9	Lima	<i>Citrus aurantiifolia</i>	CF	2
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	CF, CM	1	Limão	<i>Citrus limon</i>	CF, CM	1
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>	CF, CM	5	Manga	<i>Mangifera indica</i>	CF	19
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i>	CF, CM	3	Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i>	CF, CM	1
Milho	<i>Zea mays</i>	CF, CM	18	Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i>	CF	1
Pepino	<i>Cucumis sativus</i>	CP, CM	3	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	CF, CM	16

(continuação)

Culturas Temporárias				Culturas Permanentes			
Nome popular	Nome científico	Destinação (CF/CM)	Número de produtores que cultiva a espécie	Nome popular	Nome científico	Destinação (CF/CM)	Número de produtores que cultiva a espécie
Pimentinha arcosa	<i>Capsicum annuum var. glabriusculum</i>	CF	1	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>	CF, CM	4
pimentinha-de-cheiro	<i>Capsicum chinense</i>	CF, CM	8	Taperebá (polpa)	<i>Spondias mombin</i>	CF, CM	1
Quiabo	<i>Belmoschus esculentus</i>	CF, CM	4				
Tomatinho (tomate cereja)	<i>Solanum lycopersicum</i>	CF	2				

Legenda: CF = consumo familiar; CM = comercialização

*O entrevistado pode indicar mais de uma resposta.

Fonte: elaborada pela autora.

Nota-se, por meio da Tabela 1, a diversidade de espécies vegetais produzidas pelos agricultores do ramal do Mutum; de maneira bem equilibrada, inclusive, sob o contexto do número de culturas temporárias ser similar ao de cultivo permanente.

Essa diversificação na produção, como também o cultivo simultâneo de diferentes espécies vegetais, permite a melhoria da renda dos produtores ao longo de todo o ano, considerando a sazonalidade de produção de cada espécie cultivada (GOMES *et al.*, 2014); além de contribuir para a manutenção ecológica do sistema solo-planta. Na Figura 2, nota-se o plantio simultâneo de diferentes espécies de hortaliças na bancada de cultivo, numa propriedade agrícola do ramal.

Figura 2 - Plantio simultâneo de diferentes espécies de hortaliças em uma das propriedades familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020



Fonte: arquivo da autora.

Ao todo, são 46 espécies vegetais cultivadas nas propriedades agropecuárias deste estudo, além da produção de subprodutos, como a goma de tapioca, farinha, tucupi e polpa de frutas. Apesar da variedade de produtos, destacam-se nove culturas, como aquelas mais citadas pelos agricultores, a saber: mandioca (95,3%); milho (85,7%); banana (80,9%); pupunha (76,2%), cupuaçu (76,2%), arroz (66,6%), feijão (57,2%), coco (52,4%) e o açaí (47,6%) (Tabela 1).

De acordo com dados do IBGE (2017), no Brasil, as três culturas agrícolas permanentes de maior produção por agricultores familiares são a banana (1.953.813 ton), laranja (1.092.658 ton) e café arábica (655.188 ton); e as culturas temporárias que mais se destacam são a cana-de-açúcar, milho, soja, palma forrageira e

mandioca. Na região Norte, o cultivo do açaí lidera entre as culturas permanentes de maior produção pelos agricultores familiares, chegando a um total de 218,216 toneladas, no ano de 2017; enquanto a mandioca é a cultura temporária mais produzida (1.644,422 ton), conforme dados do IBGE (2017). Na Figura 3, se observa o plantio de mandioca e arroz em uma das propriedades familiares do ramal do Mutum.

Figura 3 - Plantio de mandioca e arroz numa propriedade agrícola familiar do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020



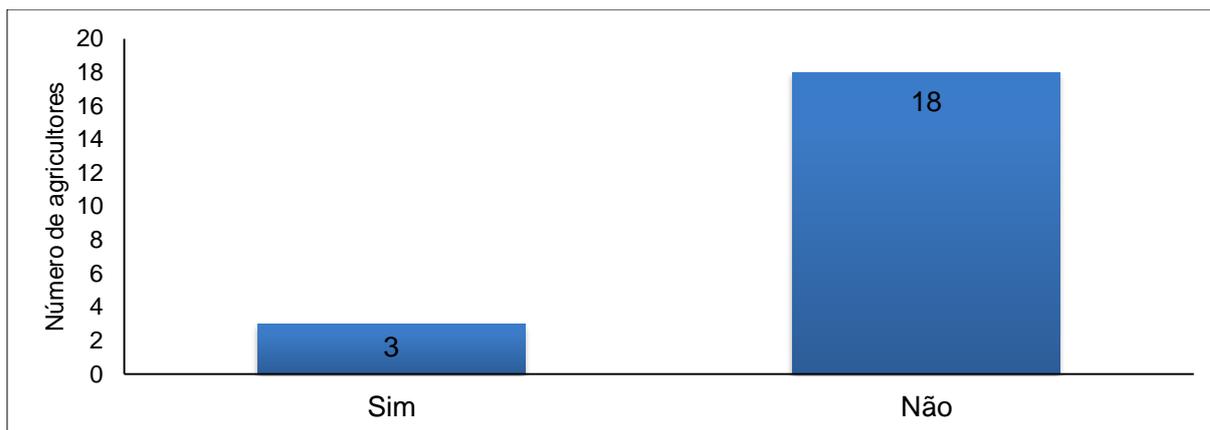
Fonte: arquivo da autora.

Ainda relativo à Tabela 1, é importante mencionar que os produtos cultivados, além de utilizados para o consumo interno das famílias produtoras, são destinados a comercialização; sendo esta última, a principal finalidade de milhares de estabelecimentos agropecuários familiares, no Brasil; especificamente para mais de 2 milhões de propriedades, de acordo com o Censo Agropecuario 2017 (IBGE, 2017).

Cerca de 70% dos estabelecimentos de agricultores familiares da região Norte também possuem como finalidade principal a comercialização de seus produtos (IBGE, 2017); semelhante as propriedades aqui analisadas, que apesar de consumirem internamente os produtos, todos realizam a comercialização de seus excedentes, conforme respondido durante a entrevista. Contrariamente, no município de Tartarugalzinho-AP, verifica-se que em 53% dos estabelecimentos rurais, a produção é fortemente utilizada para o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor (IBGE, 2017).

Todo o trabalho produtivo, dentro da propriedade, é feito com base no conhecimento empírico das experiências vividas, com exceção de três agricultores que mencionaram o recebimento de orientação técnica para auxiliar neste processo (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de agricultores familiares que recebem orientação técnica. Mazagão, AP, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Embora, a maioria não tenha acesso a orientação técnica (85,7%), alguns são cientes da existência de órgãos prestadores para tal fim, e citaram o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP e também o INCRA.

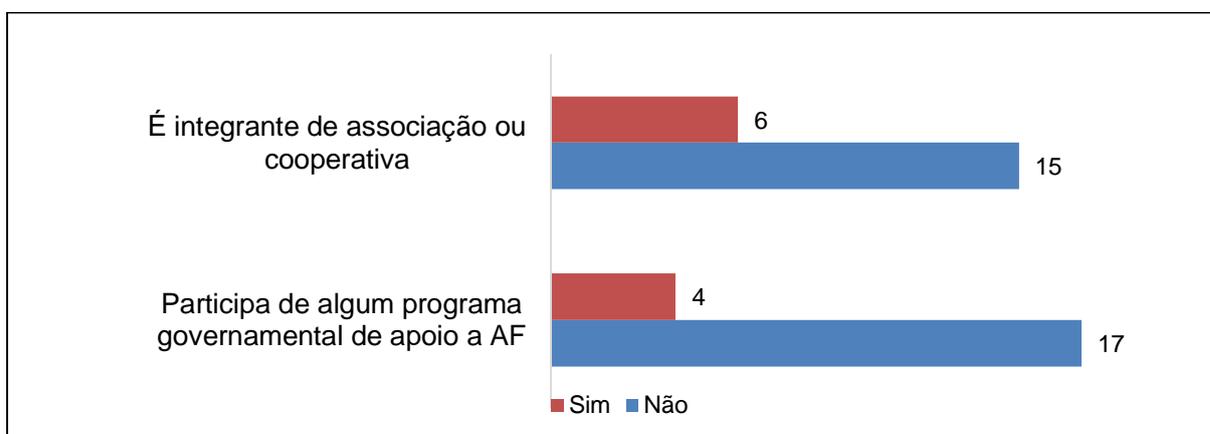
Corrigi-se, neste caso, que o INCRA, já conceituado anteriormente, não é um órgão governamental de auxílio ou orientação técnica no processo produtivo das culturas agrícolas e pecuárias; enquanto o RURAP se trata do único órgão público estadual, prestador de serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares do Amapá.

O número elevado de agricultores que não tiveram acesso a assistência técnica, conforme o Gráfico 7, reforça que no Brasil, muitos agricultores familiares são carentes de informações e de orientação técnica, cujo acesso é essencial para a melhoria e aumento da sua produção (AUGUSTO; SACHUK, 2008; SOUZA *et al.*, 2011; DE PAULA *et al.*, 2014; BUENO; SILVA, 2014). Um estudo realizado com camponeses da comunidade do Piquiazal, município de Mazagão, AP ratifica a baixíssima atuação do RURAP, marcada pelo descaso do estado sobre a estrutura e funcionamento deste órgão, o que implica no insucesso do processo produtivo e diminuição de

financiamentos, uma vez que é necessário um órgão de extensão e assistência técnica para elaboração dos projetos (MARQUES, 2017).

Além de assistência técnica insuficiente ou escassa, alguns agricultores familiares vivenciam a dificuldade de acesso às políticas públicas proferidas pelo governo; inclusive se vêem isolados em tomadas de decisão na administração de sua propriedade, sem perspectiva de crescimento e de acesso a crédito. No Gráfico 8, se observa o panorama de informações acerca do quantitativo de produtores que estão vinculados a associações ou cooperativas, bem como sua adesão aos programas governamentais, notando-se um número reduzido de agricultores participantes tanto em associações e cooperativas (6), quanto em programas governamentais (4); os quais citaram participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Gráfico 8 - Participação dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP, em programas governamentais, associações ou cooperativas de apoio/relacionado a agricultura familiar. Mazagão, AP, 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Sobre a baixa integração dos agricultores em associações ou cooperativas (Gráfico 8), um dos agricultores comentou sobre as vantagens de ser um integrante: *“é através da associação e cooperativa que se consegue alcançar alguns benefícios com mais rapidez devido a representatividade do presidente”*.

Alinhado com este resultado, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) acerca da situação das atividades agropecuárias na região Norte (CASTRO, 2013), traz a informação de que uma das limitações institucionais na região resulta da falta de tradição em associativismo entre os produtores, e continua:

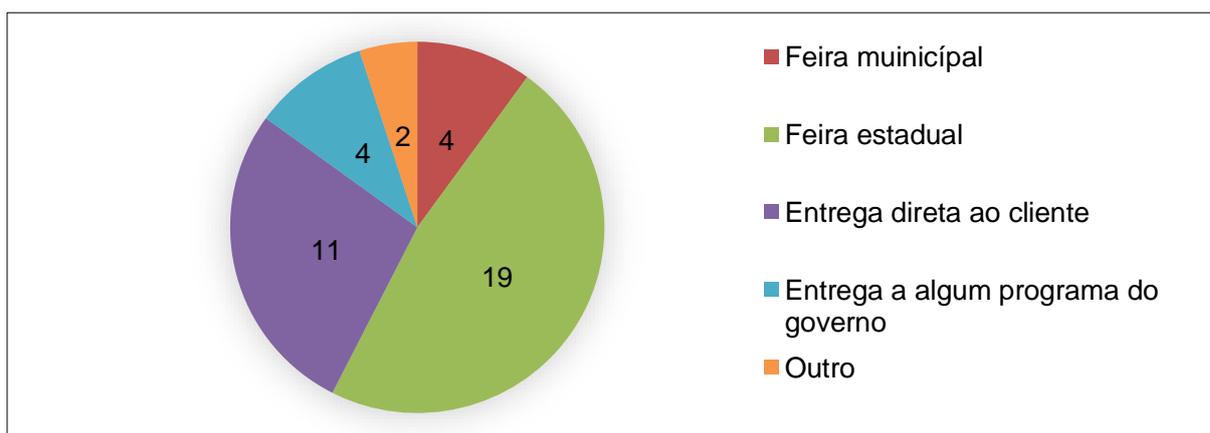
Os agricultores da região, principalmente os agricultores familiares, poderiam se beneficiar do poder de barganha aumentado com fornecedores de insumos, indústria e compradores resultante da ação coordenada via associações ou cooperativas. Atualmente, essa organização dos agricultores regionais ainda é fraca e pouco representativa (CASTRO, 2013).

Em tempos de pandemia, provocada pela Covid-19, se percebe a valorização que organizações associativistas, por exemplo, possuem; afinal, estar integrado a outros profissionais permite recorrer, quando necessário, a informações seguras de mercado, suporte técnico, auxílio do governo, dentre outros aspectos, evitando-se a soma de efeitos negativos.

5.3 COMERCIALIZAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

As diversas maneiras como os produtos podem sair da propriedade dos agricultores até chegar ao consumidor final, são chamadas de canais de comercialização. No presente trabalho, foram citados alguns canais utilizados pelos entrevistados a fim de escoar sua produção, conforme pode ser visualizado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Canais de comercialização dos produtos dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP*. Mazagão, AP, 2020



*O entrevistado pode indicar mais de uma resposta.

Fonte: elaborado pela autora.

Os agricultores utilizam dois ou mais canais de comercialização, sobretudo, as feiras livres estaduais e a venda direta ao cliente, respectivamente, 19 e 11 entrevistados. Ao menos, 4 agricultores vendem seus produtos na feira municipal e 2

optaram pela alternativa 'Outro', declarando fazer o escoamento dos produtos por meio da troca por serviços ou por outros produtos (Gráfico 9).

Confirmando os dados apresentados no Gráfico 8, apenas 4 agricultores utilizam programas governamentais, citando o PAA e PNAE, como canais de comercialização (Gráfico 9). Não foram relatadas informações acerca da venda de produtos via cooperativas, o que seria uma excelente alternativa para a geração de lucros e garantia da comercialização. Agroindústrias e intermediários também não foram citados, como canais de comercialização (Gráfico 9).

Na região Norte, as populações que desempenham atividades agropecuárias enfrentam diversos problemas que interferem no meio de vida dos mesmos, impossibilitando-os obter bons resultados em suas atividades. Segundo Castro (2013, p.15), “os desafios enfrentados vão desde a disputa pela posse da terra à preservação ambiental; do êxodo rural ao financiamento da produção; da infraestrutura de escoamento da produção à viabilização econômica da agricultura familiar; envolvendo ainda questões políticas, sociais e econômicas”.

Partilhando dos aspectos mencionados acima, observa-se que inúmeros problemas durante o processo de comercialização, como a logística de transporte e a gestão de negócios, são enfrentados pelos agricultores do ramal do Mutum; os quais mencionam o valor de venda de seus produtos, considerando-os inadequados ou insuficientes para cobrir os custos ou gerar lucro, a falta de recurso financeiro ou de acesso à crédito e, dificuldades com meios de transporte e precariedade de estradas que dão acesso aos pontos de venda no próprio município e entre municípios para o escoamento dos produtos.

Cabe ressaltar que as feiras livres estaduais promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) é realizada na capital Macapá, distante 230 km do município de Tartarugalzinho, AP, disponibilizando-se um caminhão para levar a produção, mensalmente; enquanto o produtor utiliza-se de meio de transporte independente para seu deslocamento até o ponto de venda. Já a feira municipal de Tartarugalzinho, AP tem ocorrência quinzenal, entretanto o apoio logístico de escoamento que garante o transporte dos produtos, desde a comunidade – sede da produção - até a feira, vem operando precariamente nos últimos anos, implicando num custo extra para os agricultores, os quais devem alugar meios de locomoção para garantir as vendas e não perder sua produção.

Conforme Bezerra e Schlindwein (2017) comentam, é grande a dificuldade que os agricultores familiares enfrentam para produzir e também escoar sua produção, isto é, para inserir seus produtos no mercado; bem como para ter uma vida de qualidade no meio rural. Todavia, não se eximindo de relatar apenas as dificuldades, algumas soluções foram indicadas pelos agricultores, sobretudo, no que diz respeito à uma atuação mais contundente por parte dos órgãos públicos, no sentido de desenvolver políticas públicas que dinamizem e favoreçam a logística de transporte dos produtos, com a disponibilização de caminhões e melhoria das estradas e ramais até os pontos de venda; organizar e normalizar o cronograma de funcionamento das feiras, além de priorizar a venda de produtos produzidos no estado.

Na Tabela 2 estão descritos os preços de venda praticados pelos agricultores, para cada produto produzido em sua propriedade. Salienta-se que para os agricultores que participam do PAA e PNAE, os preços de aquisição por parte da Entidade Executora (município de Tartarugzinho-AP e/ou estado do Amapá) são determinados de acordo com o preço de mercado vigente do produto, disponibilizados pela Campanha Nacional de Abastecimento (CONAB) e apresentados nas chamadas públicas.

Tabela 2 - Preços de venda por produto praticados pelos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP*. Mazagão, AP, 2020

PRODUTOS	UNIDADE	PREÇO (R\$)	PRODUTOS	UNIDADE	PREÇO (R\$)
Abóbora	Kg	1,50 a 4,00	Laranja	Cento	20,00 a 30,00
Abóbora	Unidade	8,00 a 10,00	Limão	Cento	25,00
Abacaxi	Unidade	2,00 a 3,50	Limão	Kg	2,50 a 3,50
Acará	Kg	3,00	Macaxeira	Kg	2,50
Açaí	Saca	120,00	Maxixe	Kg	4,50 a 5,90
Açaí	Lata	25,00 a 30,00	Melancia	Unidade	6,00 a 10,00
Banana	Kg	5,00	Milho	Unidade	1,50 a 2,00
Banana	Cacho	8,00 a 20,00	Murici	Kg	5,00 a 8,00
Batata doce	Kg	1,50 a 2,50	Pimentinha verde	Kg	8,00 a 15,00
Cana	Unidade	1,50	Pepino	Unidade	2,50
Coco	Unidade	1,00 a 2,00	Pupunha	Kg	3,00 a 10,00
Cupuaçú	Unidade	1,50 a 3,00	Quiabo	Kg	7,60
Cupuaçu (polpa)	Kg	5,00 a 10,00	Suíno	Kg	13,00
Farinha	Kg	3,50 a 4,00	Taperebá	Kg	5,00 a 8,00
Farinha	Saca	150,00 a 200,00	Tapioca	Kg	4,00 a 5,00
Frango	Kg	12,00	Tapioca	Balde	60,00
Graviola	Unidade	5,00	Tangerina	Cento	60,00
Jaca	Unidade	5,00 a 10,00	Tangerina	Kg	3,00

*O entrevistado pode indicar mais de uma resposta;

Legenda: Cacho contem 70 bananas ou mais, saca= 55 kg, balde = 17 kg, lata = 14 kg

Fonte: elaborada pela autora.

Os preços relatados pelos entrevistados são praticados nas feiras livres e por venda direta ao consumidor, sem a presença de intermediários o que contribui para não oneração dos produtos. Todavia, nota-se uma variação de valores para alguns produtos, justificados em decorrência do período de safra e entressafra, isto é, do período de maior oferta de produtos alternado com período de escassez de produção, promovendo, respectivamente a redução e aumento dos preços (Tabela 2).

Os produtos com maior variação de preços, conforme descritos na Tabela 2, devido a alternância das safras, são a pupunha, a banana, a polpa de cupuaçu, a pimentinha verde, a melancia, a laranja e o açaí; os quais chegam a aumentar,

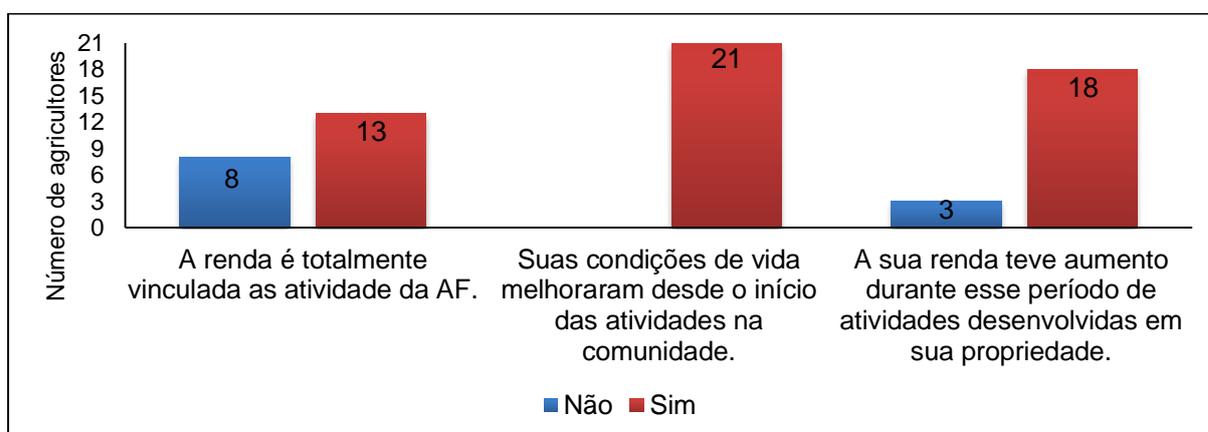
respectivamente, 233,33%, 150%, 140%, 87,5%, 66,7%, 50% e 20% do seu valor no período de entressafra.

Na contramão destes aumentos, um dos entrevistados comenta que a farinha, com disponibilidade durante todo o ano, é o produto que mais sofre desvalorização, pois o preço do quilo varia entre R\$ 3,50 e R\$ 4,00, considerado, portanto, de baixo valor; apesar de ser o mais consumido pelos amapaenses. Segundo Marini (2016, p. 10), “o estado do Amapá é, pela experiência histórica, produtor de mandioca, tendo 80% de sua produção consumida no estado”. O município de Tartarugalzinho, AP, contribui com a produção de 1246 toneladas da raiz, sendo o Oiapoque, AP, o maior produtor do estado, com 6184 toneladas, conforme dados do IBGE (2017).

Os produtores abordaram, ainda, que o valor recebido na comercialização dos produtos nem sempre cobrem os custos da produção, mesmo assim, confirmam uma melhoria em suas condições de vida, desde o início de suas atividades agropecuárias no ramal do Mutum. Apenas 3 entrevistados não notaram aumento da renda, decorrente da agricultura familiar (Gráfico 10).

No momento da entrevista, deixou-se claro que se entende por condições de vida, a união de aspectos relacionados ao bem-estar físico do indivíduo em sociedade, com garantia da qualidade de vida, inclusão social, situação financeira adequada, dentre outros.

Gráfico 10 - Condições de vida, Origem da renda e Renda familiar dos agricultores familiares do ramal do Mutum, Tartarugalzinho, AP. Mazagão, AP, 2020.



Fonte: elaborado pela autora.

Relativo à origem da renda familiar, nota-se por meio do Gráfico 10, que 13 produtores (61,9%) possuem renda vinculada, exclusivamente, às atividades da

agricultura familiar. Aqueles que não dependem unicamente da agricultura (38,1%), subentende-se que se soma à renda, alguns benefícios sociais/ recursos de previdência social pagos pelo governo federal, como aposentadoria/pensão, uma vez que, 9 dos 21 entrevistados possuem idade entre 50 e 70 anos (Gráfico 1).

Contrariamente à atual pesquisa, um estudo proposto por Bezerra e Schlindwein (2017) acerca do perfil dos agricultores familiares tradicionais de Dourados, MS, constatou que 63,19% destes possuem recursos financeiros advindos de fora da propriedade, situação necessária para complementar a renda da produção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil do agricultor familiar residente no ramal do Mutum é semelhante ao do restante do país, uma vez que a maioria dos responsáveis pela gerência da propriedade é composta por homens (71,4%), 40% com idade entre 60 e 70 anos, 38,1% analfabetos e 76,2% com mais de 10 anos de experiência na lida com a terra. Seus filhos, em sua maioria, residem na mesma propriedade que os pais e lidam com o trabalho no campo, desprezando a necessidade de contratação de mão de obra externa, o que culmina no fortalecimento da caracterização da agricultura familiar.

Sobre a forma de ocupação das terras, vê-se na presente pesquisa uma espécie de reflexo ou continuidade dos problemas ligados a este tema e que ocorrem na região Norte. Existe uma burocracia e morosidade na análise de processos para a obtenção de posse legal das terras, o que força a muitos dos agricultores recorrer a outras formas de posse, como os citados na entrevista: troca, posse direta por parte de familiares, compra de outras pessoas, invasão. Nesse contexto, é urgente uma ação mais contundente do INCRA no sentido de dar ciência de posse, a quem de fato é dono da terra e que faz dela seu principal meio de vida.

Não obstante aos problemas relacionados a legalização das terras, os produtores rurais se veem num ambiente com orientação técnica incipiente e acesso limitado às linhas de crédito e às políticas públicas, em geral; que aliado à sua baixa representatividade coletiva, como em associações e cooperativas, o agricultor se encontra isolado e desamparado para tomadas de decisões, à exemplo dos próprios agricultores do ramal do Mutum.

Apesar disto, a agricultura familiar do município de Tartarugalzinho, da qual se insere os entrevistados da presente pesquisa, continua desempenhando seu papel no fornecimento de alimentos básicos para a população, por meio do abastecimento das feiras livres e na merenda escolar; sendo estas, algumas das principais formas de comercialização e escoamento escolhidas pelos agricultores do ramal. Logo, a finalidade das propriedades deste estudo se enquadra como de autoconsumo e de comercialização de seus excedentes; em sintonia com a maior parte das propriedades familiares brasileiras.

Todos os agricultores produzem culturas temporárias e permanentes, com uma diversidade de 46 espécies vegetais, destacando-se o cultivo da mandioca, milho,

banana, pupunha, cupuaçu, arroz, feijão, coco, açaí e subprodutos, como a farinha de mandioca. Também são criados animais, principalmente frango caipira e suíno.

A diversificação das atividades realizadas e o plantio simultâneo de diferentes espécies são alternativas encontradas pelos agricultores para aumentar a renda, suprir o consumo de alimentos da família e garantir a geração de renda durante os períodos de entressafras de algumas culturas. São devidas as transições de safras e entressafras, que as culturas vegetais possuem variações de preços de venda, muitas vezes exorbitantes, a exemplo da pupunha, que chega a triplicar o seu valor durante a entressafra.

Aponta-se que os agricultores participam de feiras livres estaduais situadas na capital Macapá, mensalmente e das feiras livres do município de Tartarugalzinho, duas vezes ao mês, passando por dificuldades ligadas às estradas precárias e instabilidade de disponibilização de transporte público.

Contudo, ainda é possível observar a solidez que as atividades ligadas a agricultura familiar causam sobre a vida daqueles que dela dependem e fazem-na acontecer; uma vez que mais da metade dos agricultores vivem unicamente de seu trabalho no campo e afirmam terem obtido aumento da renda familiar ao longo dos anos, por intermédio da agricultura. E como incentivo e sinal de esperança, todos observaram a melhoria de suas condições de vida.

É evidente, portanto, que muitos avanços foram alcançados, decorrentes de diversas lutas para que a agricultura familiar ocupasse seu espaço nas políticas públicas; mas ainda há muito para melhorar. É inconcebível que órgãos públicos criados para o devido fortalecimento do pequeno produtor rural, não cumpram seus deveres devido a negligência política. Políticas públicas já foram criadas, agora é imprescindível que sejam colocadas em prática, em sua totalidade, a fim de contribuir para o crescimento e diversificação da agricultura familiar amapaense, evitando a importação de diversos tipos alimentares potencialmente aptos para cultivo no estado.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Lei nº 0122, de 23 de agosto de 1991. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP.

AMAPÁ. Lei nº 0920, de 18 de agosto de 2005. Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá –FRAP.

AUGUSTO, C. A.; SACHUK, M. I. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 2, p. 9-18, 2008.

BEZERRA, G.J.B.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados-MS. **Interações Campo Grande**, 2017 (1), p. 3-15.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm> Acesso em: 11 de dezembro de 2020.

_____. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

BUENO, C. da S.; SILVA, P. A. de O. Redes de informação como instrumento ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: o modelo do programa “PLANEJA” da EMBRAPA. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Anais... Goiânia, GO: Sober, 2014.

CASTRO, C.N. **A agropecuária na região norte: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, N. 1836).

DE PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, p. 33-43, 2014.

GARCIA, M.S.; SILVA, I.C. **Perspectivas para agricultura familiar no estado do Amapá**: o caso do Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu – AP. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012.

GOMES, J. B. P. et al. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Governo entrega obras para melhorar educação em área rural de Tartarugalzinho. Amapá, 2018. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2005/governo-entrega-obras-para-melhorar-educacao-em-area-rural-de-tartarugalzinho>> Acesso em 05 de dezembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2020.

_____. Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, p.1-777, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em 27 de setembro de 2020.

_____. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>> Acesso em 27 de setembro de 2020.

LANDAU, E. C. et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. 199 p. il. (Embrapa Milho e Sorgo. Documentos, 146).

_____. **Concentração Geográfica da Agricultura Familiar No Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013. 68 p. il. (Embrapa Milho e Sorgo. Documentos, 155). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/965105/1/doc155.pdf>> Acesso em 23 de outubro de 2020.

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. O crédito rural na agricultura familiar no estado do Amapá – Brasil. **Informe Gepec**. v.18, n.2, p. 20-36, dez. 2014.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

MARINI, J. A. Principais produções agrícolas dos estabelecimentos familiares do Estado do Amapá. **Boletim Técnico Científico**, Macapá: Embrapa Amapá, 2015.

_____. Arranjo produtivo local de mandioca no estado do Amapá. **Boletim Técnico Científico**, Macapá: Embrapa Amapá, 2016

MARQUES, R. G. **A questão da organização da agricultura camponesa no assentamento do Piquiazal**. 2017. TCC (Monografia em Geografia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Economica**. v. 45, p. 71-79, mai. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Políticas públicas para agricultura familiar. 104 p., out. 2013. Disponível em:<
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4137306/mod_resource/content/0/politicas_publicas_baixa.pdf> Acesso em 24 de setembro de 2020.

NETTO, Marcos Margarejo. A agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**. n. 4, p.17-30. dez. 2008.

ROCHA, A. J. R. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha – MG**. Brasília: IPEA, 2012 (Texto para discussão, N.1693).

SALVODI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista geográfica**. v. 5, n 1, p. 25-45. jun. 2010.

SANTOS, R. O. et al. Extensão rural na agricultura familiar: as características de uma família agrícola no município de santana, amapá, brasil. **Revista Ciência Extensão**. n. 4, p. 97-112. 2018

SERENINI, M. J.; MALYZS, S. T. A importância da agricultura familiar na produção de alimentos. **Cadernos PDE**, vol. 1, Paraná, 2015. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-campomourao_geo_artigo_marcio_jose_serenini.pdf>
Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

SILVA, J. M. **Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão-GO**. 2011. Disponível em:
<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/386/1/Dissertacao%20Juniele%20Martins%20Silva.pdf>> Acesso em: 23 de junho de 2020.

SILVA, S. P. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento**

Territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha – MG. Texto para discussão. IPEA. Instituto De Pesquisa Economica Aplicada. Brasília, 2012. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15139> Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

SOUZA, Paulo Marcelo; FORNAZIER, Armando; PONCIANO, Niraldo José; NEY, Marlon Gomes. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Documentos Técnico Científicos**, v. 42, n. 1, jan./mar. 2011.

YOKOMIZO, G. K.-I. **Produtividade da soja na região do Município de Tartarugalzinho – AP**. Macapá: Embrapa Amapá, 2012. 5 p. (Embrapa Amapá. Comunicado técnico, 127).

WANDERLEY, M. de N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista da Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>> Acesso em: 20 de nov.2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CAMPUS MAZAGÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA**

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA

1. Sexo
a. () Masculino
b. () Feminino
2. Qual sua idade: _____
3. Qual seu grau de escolaridade.
a) () Analfabeto
b) () Ens. Fundamental incompleto até 2 anos de estudo
c) () Ens. Fundamental incompleto – de 3 a 5 anos de estudo
d) () Ens. Fundamental incompleto – de 5 a 7 anos de estudo
e) () Ens. Fundamental completo
f) () Ens. Médio incompleto
g) () Ens. Médio completo
h) () Ens. Superior incompleto
i) () Ens. Superior completo
4. Números de filhos que residem na propriedade.
a) () nenhum
b) () de 1 a 3 filhos
c) () de 3 a 5 filhos
d) () de 5 a 7 filhos
e) () mais de 8 filhos

5. Há quanto tempo você reside na comunidade: _____
6. Como foi a ocupação da propriedade?
a) <input type="checkbox"/> O INCRA acompanhou a família
b) <input type="checkbox"/> Foi indicado local da propriedade
c) <input type="checkbox"/> Compra da propriedade de outra família
d) <input type="checkbox"/> Outra situação. Especificar: _____.
7. Caracterização da propriedade.
a) <input type="checkbox"/> Somente trabalho familiar
b) <input type="checkbox"/> Trabalho familiar, mais contratação de trabalhador
8. Há quanto tempo você vem desenvolvendo atividades dentro da agricultura familiar?
a) <input type="checkbox"/> de 5 a 10anos
b) <input type="checkbox"/> de 10 a 20 anos
c) <input type="checkbox"/> de 20 a 25 anos
d) <input type="checkbox"/> mais de 25 anos
9. Quais os tipos de atividades agropecuárias em exercício na propriedade? (várias opções).
a) <input type="checkbox"/> Produção pecuária leiteira
b) <input type="checkbox"/> Produção pecuária de corte
c) <input type="checkbox"/> Produção extrativista
d) <input type="checkbox"/> Produção culturas anuais
e) <input type="checkbox"/> Produção de culturas permanentes
f) <input type="checkbox"/> Produção de frango caipira
g) <input type="checkbox"/> Outra produção. Especificar: _____.
Caso marque as alternativas “d” e “e”, responda a próxima pergunta.
10. Quais as culturas agrícolas desenvolvidas na propriedade? (várias opções).
a) <input type="checkbox"/> Cultura do feijão
b) <input type="checkbox"/> Cultura da banana
c) <input type="checkbox"/> Cultura da mandioca

d) () Cultura do milho
e) () Cultura da pupunha
f) () Cultura do arroz
g) () Outras culturas. Especificar. _____.
11. Dentro de suas atividades agropecuárias quais os produtos (culturas) de autoconsumo da família?
12. Dentre as culturas agrícolas cultivadas em sua propriedade, quais delas são comercializados?
13. Recebe ajuda de algum familiar nas atividades agropecuárias de sua propriedade?
14. Para desenvolver suas atividades, recebe alguma orientação técnica sobre técnicas de plantio, colheita e armazenamento de seus produtos? Caso sua resposta seja afirmativa, quais?
a. () Sim, _____.
b. () Não
15. Você tem conhecimento de quais órgãos devem prestar assistências aos produtores rurais? Caso sua resposta seja afirmativa, quem são?
a. () Sim, _____.
b. () Não
16. Você faz parte de algum programa de apoio à agricultura familiar? Caso sua resposta seja afirmativa, qual?
a. () Sim, _____.
b. () Não
17. É integrante de alguma associação ou cooperativa relacionada a agricultura familiar? Caso sua resposta seja afirmativa, quais as vantagens de ser integrado?
18. Quais os principais espaços de comercialização de sua produção (várias opções).
a) () Feira livre
b) () Feira municipal
c) () Feira estaduais
d) () Feiras e exposições estaduais
e) () Entrega direta ao cliente

f) <input type="checkbox"/> Entrega a algum programa do governo. Especificar. _____.
g) <input type="checkbox"/> Outro. _____.
19. Quais as dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos? (Várias opções).
a) <input type="checkbox"/> Os preços praticados são inadequados
b) <input type="checkbox"/> Os compradores só compram em grande escala
c) <input type="checkbox"/> Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
d) <input type="checkbox"/> Dificuldade no transporte dos produtos
e) <input type="checkbox"/> Falta de recurso financeiro
f) <input type="checkbox"/> Precariedade nas estradas para escoamento da produção
g) <input type="checkbox"/> Outra dificuldade. _____.
20. Você poderia citar COMO tais dificuldades comentadas na questão anterior poderiam ser solucionadas?
21. A renda mensal é totalmente vinculada às atividades da agricultura familiar?
22. Por quanto cada produto é vendido?
23. O valor recebido na comercialização cobre o custo da produção e garante seu lucro?
a) <input type="checkbox"/> Sim
b) <input type="checkbox"/> Não
24. Considera que suas condições de vida melhoraram? (Desde o início das atividades na comunidade).
a) <input type="checkbox"/> Sim
b) <input type="checkbox"/> Não
25. Sua renda teve um aumento durante esse período de atividades desenvolvidas em sua propriedade?
a) <input type="checkbox"/> sim
b) <input type="checkbox"/> Não

APÊNDICE B – Termo de Livre Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

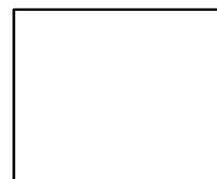
Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa **Agricultura Familiar como Fonte de Renda e Subsistência no Ramal do Mutum, Tartarugalzinho, Amapá**, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Aldeane Abreu Boaes**, a qual pretende analisar a importância social e econômica da agricultura familiar para os agricultores do ramal do Mutum. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista onde você irá responder algumas perguntas sobre o tema. A pesquisa em questão não apresenta riscos aos participantes. Se o(a) Sr.(a) aceitar participar, estará contribuindo para realização de um estudo. Se depois de consentir em sua participação o(a) Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador (a) no endereço (Profa. Dra. Kalyne Sonale Arruda de Brito, pelo telefone (83) 988743206, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNIFAP, 68903-419, telefone (96) 33121700.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que o(a) pesquisador(a) quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo (a) pesquisador(a), ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

Assinatura do participante



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Assinatura do Pesquisador Responsável